



Proposta de revisão da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)

- Reflexões da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde -

É com muita preocupação que a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde (FNCPS) avalia a proposta de revisão da Política Nacional de Atenção Básica. Diferentemente do debate que historicamente caracteriza as discussões sobre a política de saúde no país, causa estranheza a metodologia de “consulta pública” por meio eletrônico, num prazo curtíssimo, adotada para o tratamento de uma questão estratégica para a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), a Atenção Básica.

Desde a década de 1970, observa-se que a saúde é alvo das políticas preconizadas pelos organismos financeiros internacionais que propõem uma racionalização da atuação pública no setor. Caberia ao Estado, então, as ações de baixa complexidade e que envolvem custos reduzidos, voltados para populações socioeconomicamente desfavorecidas ou a grupos de maior vulnerabilidade, além de se responsabilizar pela oferta ou compra de serviços mais caros, ou para desonerar planos ou empresas de saúde de gastos vultosos com seus clientes, ou favorecendo a iniciativa privada que venderia serviços ao Estado. Esta lógica encontra-se presente na proposta de Cobertura Universal de Saúde, defendida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) desde 2005.

O que, a princípio, atenderia os interesses da população, na verdade esconde a subordinação do direito à saúde aos interesses do mercado, distanciando-se da proposta de acesso universal, um dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), em que as ações em saúde seriam acessíveis a todos, de acordo com suas necessidades e independente do nível de complexidade envolvido.

No Brasil, o setor privado há anos vem sendo sustentado pelo fundo público, não só pela dependência do SUS por seus serviços, por não contar com uma rede estatal suficiente para o provimento de ações em saúde, como também pela passagem da responsabilidade do Estado na execução dessas ações para as Organizações Sociais e

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, assim como pelos novos arranjos institucionais que flexibilizam os princípios dos serviços públicos, como as parcerias público-privadas e a criação das empresas públicas de caráter privado, das quais a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares é um exemplo. Com o discurso de ineficiência do Estado, criam-se “novas formas de gestão” que nada mais são do que formas indiretas de privatização, o que alguns estudiosos têm chamado de privatização não-clássica.

Agudizam-se os desafios para o pleno funcionamento do SUS. Ao crônico subfinanciamento e cortes recorrentes de recursos específicos da saúde, medidas de desfinanciamento das políticas sociais são adotadas com impacto direto sobre a capacidade de provimento de serviços de saúde, como a aprovação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que aumenta para 30% a utilização dos recursos da Seguridade Social para outros fins até 2023, e a famigerada “PEC do fim do mundo”, emenda constitucional aprovada em dezembro de 2016 que congela por 20 anos os gastos sociais.

Nada diferente se poderia esperar de um governo que condena a classe trabalhadora a pagar os custos da crise pela qual passa o capitalismo. O governo ilegítimo de Michel Temer, além de executar um dos maiores ataques aos direitos dos trabalhadores, com a recém aprovada reforma trabalhista e a proposta de reforma da previdência, não esconde sua vinculação com o grande capital. Basta saber que seu ministro da saúde, Ricardo Barros, foi eleito deputado federal com financiamento de um grande plano de saúde privado e, recorrentemente, faz declarações sobre a necessidade de se repensar o caráter público e universal do SUS, além de fomentar propostas privatistas, como a criação dos planos populares de saúde.

A proposta de revisão da Política Nacional de Atenção Básica não faz alusão clara a questões como financiamento, infraestrutura necessária para funcionamento, condições de trabalho, concurso público, garantia de direitos para os trabalhadores em saúde, acesso a serviços, medicamentos e insumos por parte dos usuários, nem tampouco a garantias de articulação da atenção primária à saúde com os outros níveis de atenção (média e alta complexidade). O que se pode identificar de maneira explícita

é uma proposta de flexibilização da forma como a atenção primária à saúde é operacionalizada no Brasil, através da Estratégia de Saúde da Família.

Não é somente ao método, mas também ao conteúdo, manifesto ou não, que a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde (FNCPS) faz críticas à proposta de revisão da Política Nacional de Atenção Básica.

Restringindo o amplo debate a uma consulta pública e não tratando de maneira explícita questões essenciais para a estruturação e efetivo funcionamento da atenção primária à saúde, corre-se um grande risco de estarmos diante de uma iniciativa que aponta para o aprofundamento da privatização da saúde no país e condena a atenção básica a adquirir um caráter residual e assistencialista, diametralmente oposto a sua possibilidade de reordenação do sistema de saúde do ponto de vista da efetivação dos princípios de universalidade, integralidade e resolutividade do SUS.

A FNCPS reafirma seu compromisso com a defesa de um sistema de saúde público, inteiramente estatal, de qualidade e que atenda todas as necessidades da população. Reforça seu repúdio a qualquer forma de privatização dos direitos sociais, em especial aqueles relacionados à saúde. Insiste na necessidade da organização da classe trabalhadora para a resistência a este momento de ataque aos seus direitos e avanço na construção de um projeto de sociedade que atenda aos seus interesses.

Não à Proposta de Revisão da Política Nacional de Atenção Básica!

Nenhum direito a menos! Nenhum serviço de saúde a menos! Nenhum trabalhador de saúde a menos!

Saúde não é mercadoria!

Agosto/2017

FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

www.contraprivatizacao.com.br